



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**EDITAL**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2011 – CGL/SGPDH/SDH/PR**

**Processo nº: 00005.004088/2011-50.**

**Modalidade: PREGÃO Forma: ELETRÔNICO Tipo: MENOR PREÇO**

**Execução: INDIRETA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

**Critério de Julgamento: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**

**Data de inclusão das propostas: a partir de 27 de setembro de 2011**

**INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 7 de outubro de 2011 às 9h (hora de Brasília)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:

**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**Setor Comercial Sul-B**

**Quadra 09, Lote C**

**Edifício Parque Cidade Corporate**

**Torre A, 9º Andar**

**Brasília - DF – CEP 70.308-200**

**Correio eletrônico: [licitacao.sdh@sdh.gov.br](mailto:licitacao.sdh@sdh.gov.br)**

**Telefones: 2025-7968/7909 – Fax: 2025-9667**

A União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 673, de 26 de abril de 2011, da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, publicada no D.O.U aos 27/04/2011, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de **pregão eletrônico** do tipo **Menor Preço, Maior Percentual de Desconto, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário**, para contratação de empresa especializada no fornecimento e distribuição de jornais e revistas, para atender a demanda das diversas unidades que compõem a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, nas condições descritas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto nº 6.204 de 05/09/2007, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, IN MPOG nº 02/2010, aplicando-se, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21.06.1993, ao procedimento licitatório e observando-se as disposições dessa última, como norma específica orientadora na elaboração do contrato.

Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC/CGL/SGPDH/SDH/PR

CGL/SDH/PR, Torre “A”, 9º andar, sala 902, Setor Comercial Sul, CEP 70.308-200.

E-mail: [licitacao.sdh@sdh.gov.br](mailto:licitacao.sdh@sdh.gov.br) telefones: (061) 2025-7860 ou 2025-7909, Fax: (061) 2025-7866.

Páginas: [www.sdh.gov.br/licitacao/](http://www.sdh.gov.br/licitacao/) ou [www.COMPRASNET.gov.br](http://www.COMPRASNET.gov.br)

## **1 – DO OBJETO**

**1.1** – Contratação de empresa especializada para fornecimento e distribuição de jornais e revistas, para atender a demanda das diversas unidades que compõem a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2 – DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** – Poderão participar deste Pregão exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte, observando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, do ramo de atividade relacionada ao objeto deste edital, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e que atendam às condições de habilitação previstas neste edital.

**2.1.1** – Microempresas e empresas de pequeno porte não credenciadas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu credenciamento na forma da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 02/2010.

**2.2** – Não poderão participar desta licitação:

**2.2.1** – Empresas que não estejam enquadradas no conceito legal de microempresas e empresas de pequeno porte.

**2.2.2** – Empresas suspensas ou impedidas de contratar com a licitante, proibidas de licitar e contratar ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou declaradas impedidas de licitar e contratar com a União, na forma da lei.

**2.2.3** – Empresas que estejam sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcio de empresas e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

**2.2.4** – Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

**2.2.5** – quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações elencadas no Art. 9º da Lei 8.666/1993, e de sociedades cooperativas, nos termos dos arts. 4º e 5º, da SLTI/MPOG IN nº 2/2008.

## **3 – DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (§ 1º, Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

**3.2** – O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

**3.3** – O credenciamento no provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão (§ 6º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

**3.4** – O uso de senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SDH/PR, órgão promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

#### **4 – DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA**

**4.1** – Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**4.1.1** – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**4.2** – A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

**4.3** – Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

**4.4** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005.

**4.5** – Por ocasião do envio da proposta, o licitante enquadrado como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos legais para a essa qualificação, estando apta a usufruir do tratamento oferecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

**4.6** – O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico (COMPRASNET), o **desconto**, sendo este levado a efeito para a fase de lances, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

**4.7** – O licitante deverá enviar a proposta contendo o valor unitário e o total, conforme o Anexo III, deste Edital, sob pena de desclassificação.

#### **5 – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1** – A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital terá início a sessão pública deste Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, conforme Edital e Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

#### **6 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1** – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

**6.2** – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.3** – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances.

**6.4** – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por meio da aplicação do procedimento previsto no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93, vedado qualquer outro processo.

## **7 – DA FASE DE LANCES**

**7.1** – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.2** – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de seu aceite.

**7.3** – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

**7.4** – Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.5** – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.6** – A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

**7.7** – O sistema atualizará o valor total de acordo com os lances oferecidos.

**7.8** – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.9** – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

**7.10** – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa do pregoeiro aos licitantes.

## **8 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**8.1** – Será vencedor o licitante que, atendendo às condições e especificações deste edital, oferecer o **maior percentual de desconto** sobre os produtos fornecidos.

**8.2** – No julgamento das propostas, o Pregoeiro observará os termos do presente edital e as disposições da Lei, que regem esta licitação.

**8.3** – Serão desclassificadas as propostas que:

**8.3.1** – não atenderem às exigências deste Edital;

**8.3.2** – contiverem preços manifestamente inexequíveis ou acima da planilha de valores máximos admissíveis, em relação ao serviço ofertado.

## **9 – DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1** – Encerrada a etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.2** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **10 – DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1** – A proposta final, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital, ajustada ao último lance ofertado, no que couber, deverá ser encaminhada, preferencialmente, em papel timbrado do licitante, ou identificada com razão social e ainda conter:

**10.1.1** – nome do representante legal da empresa e do cargo na empresa;

**10.1.2** – valores expressos, obrigatoriamente, em real;

**10.1.2.1** – apresentar valor unitário e total em algarismo e por extenso;

**10.1.2.2** – havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último;

**10.1.3** – endereço, telefone/fax, *e-mail*, CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

**10.1.4** – validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura do Pregão;

**10.1.5** – discriminação detalhada dos serviços contendo explicitamente as especificações e quantidades solicitadas no Anexo I deste Edital, assim como valores unitários e o total.

**10.2** – Deverá, na proposta, apresentar a declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

**10.3** – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**10.4** – Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

**10.5** – Apesar de o critério de julgamento ser o **maior desconto global**, a empresa deverá respeitar os valores máximos e o **valor mínimo de desconto**, conforme o Anexo II deste Edital.

**10.6** – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

**10.7** – Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

**10.8** – O licitante deverá enviar a proposta considerando o período de 31 de agosto de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

## **11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**11.1** – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de acordo com as exigências deste Edital.

**11.1.1** – Ocorrendo aceite da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro analisará os documentos de habilitação.

**11.2** – Será desclassificada a proposta final que:

**11.2.1** – contenha vícios ou ilegalidade;

**11.2.2** – não apresente as especificações técnicas mínimas exigidas no Anexo I deste Edital;

**11.2.3** – apresente preços finais superiores aos valores máximos estabelecidos neste Edital;

**11.2.3.1** – somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os preços unitários cotados exceder os limites que trata este subitem;

**11.2.4** – apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis; e

**11.2.5** – não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial relação ao preço.

**11.3** – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º, do Art. 43, da Lei 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**11.3.1** – questionamentos junto a proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

**11.3.2** – pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

**11.3.3** – verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a administração ou com a iniciativa privada;

**11.3.4** – verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

**11.3.5** – demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**11.4** – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**11.5** – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

**11.6** – No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**11.7** – Se a proposta ou lance de **maior desconto** for recusada, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**11.8** - Se a proposta ou o lance de **maior desconto** não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtida proposta mais vantajosa.

## **12 – DA HABILITAÇÃO**

**12.1** – A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**12.2** – O licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou documentos que supram tal habilitação.

**12.3** – Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar, ou declarar em campo próprio do sistema eletrônico, Comprasnet:

**12.3.1** – Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus anexos.

**12.3.2** – Declaração que não possui em seu quadro de pessoal (empregados) menor, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88;

**12.3.3** – Declaração de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório.

**12.3.4** – Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

**12.3.5** – Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

**12.4** – Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa prestou ou está prestando, de forma satisfatória serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

**12.5** – Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**12.5.1** – A certidão, referida no subitem anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

**12.6** – Comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor proposta, a qual será exigida somente no caso de o licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em quaisquer dos índices: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados no SICAF.

**12.6.1** – As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do Livro Diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

**12.7** – Registro comercial, em se tratando de empresa individual.

**12.8** – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, nos quais deverão estar contemplados, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto desta licitação.

**12.8.1** – Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento original de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

**12.10** – Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, em se tratando de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**12.11** – A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**12.12** – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e o respectivo endereço.

**12.13** – Os documentos apresentados poderão ser tanto da matriz quanto da filial, exceto quando se tratar de documentos próprios da filial quanto à regularidade fiscal, desde que esta seja a executora ou a participante do certame.



**12.14** – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

**12.15** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.

**12.16** – A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nas condições do art. 29 do Decreto nº 5.450/2005.

**12.17** – Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem os documentos previstos neste item.

### **13 – DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO**

**13.1** – A proposta final ajustada ao último lance ofertado do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de Anexos, deverão ser remetidos via fac-símile para o número (61) 2025-9667, ou para o endereço eletrônico [licitacao.sdh@sdh.gov.br](mailto:licitacao.sdh@sdh.gov.br), ou ainda anexados em campo próprio do sistema COMPRASNET em até 2 (duas) horas úteis, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro.

**13.2** – A proposta e os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da solicitação do Pregoeiro, à Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC/SDH/PR, Setor Comercial Sul-B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 8º, 9º e 10º Andares – Brasília - DF – CEP 70308-200.

**13.3** – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado e, também, devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**13.4** – Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

### **14 – DO RECURSO**

**14.1** – Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**14.2** – O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção manifestada de recorrer, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**14.3** – O recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **até 3 (três) dias**, ficando os demais

licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contra-razões, também via sistema, em igual prazo que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**14.4** – Os fornecedores poderão, de forma justificada, desistir das interposições das razões e contra-razões do recurso.

**14.5** – A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**14.6** – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **15 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** – A adjudicação do objeto da presente licitação será realizada pelo Pregoeiro, nos termos do Art. 11, inciso IX, do Decreto nº 5.450/2005, quando não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será realizada na forma estabelecida no Art. 8º, inciso V, do Decreto nº 5.450/2005, pela autoridade competente.

## **16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1** – As despesas decorrentes da contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2011, a cargo da Secretaria de Direitos Humanos, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas deverão constar da respectiva Nota de Empenho.

## **17 – DO EMPENHO**

**17.1** – A Nota de Empenho só será emitida após consulta ao CADIN, conforme estabelece o Art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

**17.1.1** – Caso seja comprovada pendência no CADIN, a empresa será notificada formalmente e ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização.

## **18 – DO CONTRATO**

**18.1** – Para a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com as disposições deste Edital de licitação, do Termo de Referência e da Proposta de Preços da empresa vencedora.

**18.2** – O Contrato terá vigência até 31/12/2011, contada a partir da data de sua assinatura.

**18.3** – A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

**18.4** – É facultado ao Pregoeiro, quando o convocado não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos.

**18.5** – Após homologado o resultado deste Pregão, a SDH/PR convocará o licitante vencedor, durante a validade de sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo do previsto no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

## **19 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**19.1** – Receber os jornais e revistas, verificando sua qualidade e conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com as das Notas de Empenho, atestando seu recebimento, quando corretas as especificações do produto, devolvendo os rejeitados, quando for o caso.

**19.2** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio do servidor da Coordenação Geral de Logística, especialmente designado para este fim, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto aos prazos de entrega dos jornais e revistas, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como o cumprimento das cláusulas e demais condições estabelecidas no contrato, o qual notificará a empresa sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

**19.3** - Permitir livre acesso aos empregados da empresa às suas dependências para execução do objeto contratado.

**19.4** - Efetuar os pagamentos dos serviços contratados nas condições e prazos estabelecidos neste Edital, e realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos.

**19.5** - Fiscalizar a execução dos serviços e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições estabelecidas no contrato e solicitar, mediante ofício, quaisquer inclusões, substituições e/ou exclusões de jornais e revistas.

**19.6** – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Edital.

## **20 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**20.1** – A Contratada ficará responsável pela entrega dos jornais e revistas, de segunda a sexta feira, no Protocolo Central da Contratante, localizada na SCS Quadra 9, lote C, Ed. Parque Corporate, Torre A, 9º andar – Asa Sul/Brasília-DF, todos os dias de circulação dos referidos periódicos, comunicando à área responsável, qualquer imprevisto ocorrido na entrega.

**20.1.1** – Aos finais de semana e feriados, a Contratada deverá realizar a distribuição de acordo com a demanda informada pela SDH/PR, quanto aos endereços e os exemplares, bem como os responsáveis que receberão os jornais/revistas em qualquer localidade do Distrito Federal.

**20.2** – A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados no Termo de Referência, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

**20.3** – Executar todos os serviços, não explicitados, mas necessários para a realização do fornecimento dos periódicos.

**20.4** – Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidente ou ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.

**20.5** – Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**20.6** – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à SDH/PR.

**20.7** – A empresa deverá repor o material com defeito ou dano de qualquer natureza.

**20.8** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**20.9** - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**20.10** – Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

## **21 – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS**

**21.1** – Será utilizada como metodologia para a avaliação dos serviços prestados pela Contratada no decurso da execução do contrato as especificações, as obrigações, os prazos e todas as exigências constantes neste Edital. A mesma metodologia será considerada para aceite e atesto pelo fiscal do contrato na respectiva Nota Fiscal.

## **22 – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**22.1** – A contratada deverá entregar os jornais, diariamente, as revistas, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente se for o caso, no Protocolo Central da Secretaria de Direitos Humanos, localizado no Setor Comercial Sul – “B” Quadra 09, Lote “C”, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “A”, 9º andar, Asa Sul, Brasília - DF, CEP.: 70.308-200, Tels. (61) 2025 7870 ou 3470.

**22.1.1** – Para a entrega dos exemplares aos sábados, domingos e feriados, a SDH/PR informará, quando da assinatura do respectivo contrato, à empresa vencedora do certame, os endereços, os exemplares, bem como os responsáveis que receberão os jornais/revistas em qualquer localidade do Distrito Federal.

**22.1.2** - Os jornais de circulação diária dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal, serão entregues até às 07:30 horas, e dos demais estados da federação, até às 12 horas da data de circulação. Já as revistas, às segundas-feiras, até às 07:30 horas.

**22.2** – Efetuar, a critério da Administração, a entrega de jornais e revistas em residências localizadas em qualquer localidade do Distrito Federal, sem nenhum custo para a SDH/PR até às 07:30 horas.

**22.3** – Atender as solicitações de jornais e revistas, cujos títulos não estejam relacionados no Termo de Referência, nas mesmas condições constantes da proposta da empresa, quando da licitação.

**22.4** – Havendo atraso em vôos que transportam jornais para Brasília, a empresa deverá entregar os títulos que dispuser no horário acertado e, os demais, assim que estiverem disponíveis na cidade, informando à SDH/PR do atraso ocorrido.

## **23 – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**23.1** – A Contratada, como garantia para o cumprimento das obrigações assumidas, fornecerá à Coordenação Geral de Logística, no ato da assinatura do contrato, a importância equivalente a 3% (três por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades descritas no Art. 56º, § 1º, da Lei 8.666/1993.

**23.2** – O documento referente à garantia contratual será entregue na Divisão de Contratos, que se encarregará de enviá-lo à Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGEOF, para registro e guarda.

**23.3** – O valor da garantia permanecerá integral até o término da vigência do Contrato. A reposição de seu valor, quando for o caso, será feita em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de recebimento da notificação do Contratante.

**23.4** – O valor da garantia reverterá, integralmente, em favor do Contratante, ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

**23.5** – O Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à Contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao Patrimônio da União ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

**23.6** – A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o término da vigência contratual ou rescisão do Contrato.

## **24 – DAS SANÇÕES**

**24.1** – Comete infração administrativa, nos termos da lei 8.666, de 1993, da lei nº 10.520, de 2002, do decreto nº 3.555 de 2000 e do decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/adjudicatária que:

**24.1.1** – não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

**24.1.2** – apresentar documentação falsa;

**24.1.3** – deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**24.1.4** – não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;

**24.1.5** – comportar-se de modo inidôneo;

**24.1.6** – cometer fraude fiscal;

**24.1.7** – fazer declaração falsa;

**24.1.8** – ensejar o retardamento da execução do certame;

**24.1.9** – falhar ou fraudar na execução do contrato.

**24.2** – A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**24.2.1** – multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item (ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**24.2.2** – impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**24.2.3** – a penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**24.3** – Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do decreto nº 3.555, de 2000, e o do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que:

**24.3.1** – deixar de executar total ou parcialmente o contrato;

**24.3.2** – apresentar documentação falsa;

**24.3.3** – comportar-se de modo inidôneo;

**24.3.4** – cometer fraude fiscal;

**24.3.5** – descumprir qualquer dos deveres elencados no edital ou no contrato.

**24.4** – A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às seguintes sanções:

**24.4.1** – Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**24.4.2** – Multa:

**24.4.2.1** - moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias.

**24.4.2.2** - compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória.

**24.4.3** – Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

**24.4.4** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**24.4.5** – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**24.5** – Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**24.5.1** – tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos.

**24.5.2** – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

**24.5.3** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**24.6** - Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na lei nº 9784, de 1999.

**24.7** – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**24.8** – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**24.9** – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por intermédio de ofício apresentado mediante contra-recibo.

**24.10** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**24.11** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **25 – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

**25.1** – A subcontratação, fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas, com o consentimento prévio e por escrito da Contratante e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

## **26 – DO PAGAMENTO**

**26.1** – A empresa contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com a SDH/PR e o percentual de desconto sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura.

**26.2** – O pagamento será efetuado, conforme demanda efetivamente executada, nas quantidades determinadas em cada solicitação, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após aceite e atesto pelo servidor designado como representante da Contratante.

**26.3** – O pagamento será creditado em favor da empresa por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, após aceitação e atesto por servidor designado para esse fim.

**26.4** – O pagamento será creditado em favor da empresa, após consulta “*on line*” ao SICAF para verificação da sua regularidade fiscal, por meio de Ordem Bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco e da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

**26.5** – Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a SDH/PR notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 05 (cinco) dias.

**26.6** – Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

**26.7** – No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

**26.8** – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na SDH/PR em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

**26.9** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela SDH/PR, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

**26.9.1** – A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

**26.10** – Fica desde já reservado à Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos materiais, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas neste instrumento e seus anexos.

## **27 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**27.1** – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico [licitacao.sdh@sdh.gov.br](mailto:licitacao.sdh@sdh.gov.br).

**27.1.1** – O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**27.1.2** – Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicação de nova data para realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**27.2** – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, para o endereço eletrônico [licitacao.sdh@sdh.gov.br](mailto:licitacao.sdh@sdh.gov.br).

**27.3** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizados no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), por meio do link Acesso livre>Pregões>Agendados, bem como no sítio [www.sdh.gov.br/licitacao/](http://www.sdh.gov.br/licitacao/), para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.

## **28 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**28.1** – A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la

por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

**28.2** – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

**28.3** – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação deste procedimento licitatório, ressalvado o direito, em caso de boa-fé, de ressarcimento pelos encargos que tiverem suportado no cumprimento da obrigação assumida.

**28.4** – Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da SDH/PR.

**28.5** – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**28.6** – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SDH/PR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório.

**28.7** – As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, deverão ser processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

**28.8** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e dos Decretos nº 3.555/2000 e 5.450/2005.

**28.9** – As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Edital.

## **29 – DOS ANEXOS**

**29.1** – São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência.

**ANEXO II** – Valores Máximos Admissíveis.

**ANEXO III** – Modelo de Proposta Comercial.

**ANEXO IV** – Minuta de Contrato.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2011.

**Ryan Farias**

Pregoeiro

## ANEXO I

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1 - DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada no fornecimento e distribuição de jornais e revistas, para atender a demanda das diversas unidades que compõem a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, nas condições descritas neste Termo de Referência.

#### **2 - DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** - Considerando a mudança da Secretaria de Direitos Humanos das instalações físicas do Ministério da Justiça para a sua nova sede, sobretudo a desvinculação deste Órgão, faz-se necessária a contratação de serviço de fornecimento e distribuição de jornais e revistas.

**2.2** - A Secretaria de Direitos Humanos é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil, propondo políticas e diretrizes que orientem a promoção dos direitos humanos, criando ou apoiando projetos, programas e ações com tal finalidade.

**2.3** - Outra atribuição é prestar assessoria direta e imediata à presidenta da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas para a promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária.

**2.4** - Para tanto, é necessário que seus dirigentes e responsáveis por estes programas estejam bem informados e atualizados dos fatos que ocorrem no Brasil e no Mundo sobre o tema de Direitos Humanos. E uma das ferramentas primordiais para que isso aconteça é a utilização dos meios de comunicação como jornais e revistas, pois são de suma importância para subsidiar com excelência o desenvolvimento dos referidos programas.

**2.5** - O quantitativo solicitado neste Termo de Referência justifica-se pela atual Estrutura Regimental desta Secretaria com relação aos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, que foram definidos no Decreto nº 7.256/2010, o qual contempla 57 (cinqüenta e sete) cargos de DAS 04, 09 (nove) de DAS 05, 04 (quatro) de DAS 06 e 02 (dois) de Natureza Especial, além daquelas unidades que se utilizam da mídia impressa para desenvolver suas atividades cotidianamente.

**2.6** - O objeto deste instrumento é considerado como serviço comum, pois, conforme prevê o parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, a classificação do bem ou o serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco ao interesse público.

### 3 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

**3.1** – Os serviços compreendem o fornecimento e a distribuição dos jornais e revistas descritos a seguir:

#### 3.1.1 - JORNAIS

Nº	EXEMPLARES	PERÍODO DE ENTREGA
01	A Tarde (BA)	Diário
02	Brasil Econômico	Diário
03	Correio Braziliense	Diário
04	Diário de São Paulo	Diário
05	Extra	Diário
06	Folha de São Paulo	Diário
07	Gazeta do Povo	Diário
08	Jornal de Brasília	Diário
09	Jornal do Comércio	Diário
10	O Dia	Diário
11	O Estado de Minas	Diário
12	O Estado de São Paulo	Diário
13	O Globo	Diário
14	O Liberal	Diário
15	O Sul	Diário
16	Valor Econômico	Diário
17	Zero Hora	Diário

#### 3.1.2 – REVISTAS

Nº	EXEMPLARES	PERÍODO DE ENTREGA
01	Carta Capital	Semanal
02	Design Gráfico	Mensal
03	Digital Designer	Mensal
04	Época	Semanal
05	Exame	Quinzenal
06	Info Exame	Mensal
07	Isto É	Semanal
08	Isto É Dinheiro	Semanal
09	The Economist	Semanal
10	Veja	Semanal
11	Você S/A	Mensal
12	Web Designer	Mensal

#### 4 - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**4.1** – A contratada deverá entregar os jornais, diariamente e revistas semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente se forem o caso, no Protocolo Central da Secretaria de Direitos Humanos, localizado no Setor Comercial Sul – “B” Quadra 09, Lote “C”, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “A”, 9º andar, Asa Sul, Brasília - DF, CEP.: 70.308-200, Tels. (61) 20225 7870 ou 3470.

**4.1.1** – Para a entrega dos exemplares aos sábados, domingos e feriados, a SDH/PR informará, quando da assinatura do respectivo contrato, à empresa vencedora do certame, os endereços, os exemplares, bem como os responsáveis que receberão os jornais/revistas em qualquer localidade do Distrito Federal.

**4.1.2** - Os jornais de circulação diária dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal, serão entregues até às 07:30 horas, e dos demais estados da federação, até às 12 horas da data de circulação. Já as revistas, às segundas-feiras, até às 07:30 horas.

**4.2** – Efetuar, a critério da Administração, a entrega de jornais e revistas em residências localizadas em qualquer localidade do Distrito Federal, sem nenhum custo para a SDH/PR até às 07:30 horas.

**4.3** – Atender as solicitações de jornais e revistas, cujos títulos não estejam relacionados neste Termo de Referência, nas mesmas condições constantes da proposta da empresa, quando da licitação.

**4.4** – Havendo atraso em vôos que transportam jornais para Brasília, a empresa deverá entregar os títulos que dispuser no horário acertado e, os demais, assim que estiverem disponíveis na cidade, informando à SDH/PR do atraso ocorrido.

#### 5 - DO RECEBIMENTO

**5.1** - O recebimento dos jornais e revistas será feito de acordo com planilha de distribuição que deverá ser apresentada à empresa contratada.

#### 6 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

**6.1** - Os quantitativos especificados nas planilhas abaixo foram estimados levando em consideração a estrutura organizacional da Secretaria e de suas unidades que necessitam de leitura diária de jornais e revistas para suas atividades, conforme já mencionado na justificativa constante do item 02.

##### 6.2 - JORNAIS (SEGUNDA A SEXTA-FEIRA)

Nº	EXEMPLARES	Quantidade
01	A Tarde (BA)	02
02	Brasil Econômico	02
03	Correio Braziliense	15
04	Diário de São Paulo	02
05	Extra	02
06	Folha de São Paulo	15

Nº	EXEMPLARES	Quantidade
07	Gazeta do Povo	02
08	Jornal de Brasília	12
09	Jornal do Comércio	02
10	O Dia	02
11	O Estado de Minas	02
12	O Estado de São Paulo	15
13	O Globo	15
14	O Liberal	02
15	O Sul	02
16	Valor Econômico	05
17	Zero Hora	05

### 6.3 - JORNAIS (SÁBADO, DOMINGO E FERIADO)

Nº	EXEMPLARES	Quantidade
03	Correio Braziliense	08
06	Folha de São Paulo	08
12	O Estado de São Paulo	08
13	O Globo	08

### 6.4 - REVISTAS

Nº	EXEMPLARES	Quantidade
01	Carta Capital	07
02	Design Gráfico	01
03	Digital Designer	01
04	Época	07
05	Exame	03
06	Info Exame	02
07	Isto É	07
08	Isto É Dinheiro	02
09	The Economist	03
10	Veja	07
11	Você S/A	02
12	Web Designer	01

## 7 – DA HABILITAÇÃO

**7.1** – A Licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa prestou ou está prestando, de forma satisfatória, os serviços de que trata o objeto deste instrumento.

## 8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

**8.1** – A proposta final, em conformidade com o Anexo III do Edital, ajustada ao último lance ofertado, no que couber, deverá ser encaminhada, preferencialmente, em papel timbrado do licitante, ou identificada com razão social e ainda conter:

**8.1.1** – nome do representante legal da empresa e do cargo na empresa;

**8.1.2** – valores expressos, obrigatoriamente, em real;

**8.1.2.1** – apresentar valor unitário e total em algarismo e por extenso;

**8.1.2.2** – havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último;

**8.1.3** – endereço, telefone/fax, *e-mail*, CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

**8.1.4** – validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura do Pregão;

**8.1.5** – discriminação detalhada dos serviços contendo explicitamente as especificações e quantidades solicitadas no Anexo I do Edital, assim como valores unitários e o total.

**8.2** – Deverá, na proposta, apresentar a declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

**8.3** – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**8.4** – Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

**8.5** – Apesar de o critério de julgamento ser o maior percentual de desconto, a empresa deverá respeitar os valores máximos, conforme o Anexo II do Edital.

**8.6** – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

**8.7** – Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

## **9 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**9.1** – A fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços caberá diretamente à Contratante, por meio da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos, especificamente por servidor designado, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo aos termos do Contrato e os demais documentos que o integram.

**9.2** – O fiscal do contrato não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela empresa para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, cabendo-lhe no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com a execução, comunicando à empresa, por meio do seu representante e/ou preposto, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

**9.3** – A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

**9.3.1** - Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento, deverá ser prontamente atendidas pela empresa, sem ônus para a Contratante.

**9.4** – A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, aplicando-se, no que couber, o disposto no Capítulo “DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS” da Instrução Normativa nº 2, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG.

**9.4.1** – Além das disposições previstas no Capítulo, a fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV da referida Instrução Normativa.

## **10 - DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**10.1** – Para a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de licitação, Termo de Referência e Proposta de Preços da empresa vencedora.

**10.2** – O Contrato terá vigência até 31/12/2011, contada a partir da data de sua assinatura.

**10.3** – A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

**10.4** – É facultado ao Pregoeiro, quando o convocado não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos.

**10.5** – Após homologado o resultado deste Pregão, a Secretaria de Direitos Humanos convocará o licitante vencedor, durante a validade de sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo do previsto no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

## **11 - DO PAGAMENTO**

**11.1** – A empresa contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com a SDH/PR e o percentual de desconto sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura.

**11.2** – O pagamento será efetuado, conforme demanda efetivamente executada, nas quantidades determinadas em cada solicitação, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após aceite e atesto pelo servidor designado como representante da Contratante.

**11.3** – O pagamento será creditado em favor da empresa por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, após aceitação e atesto por servidor designado para esse fim.



**11.4** – O pagamento será creditado em favor da empresa, após consulta “on line” ao SICAF para verificação da sua regularidade fiscal, por meio de Ordem Bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco e da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

**11.5** – Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a SDH/PR notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 05 (cinco) dias.

**11.6** – Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

**11.7** – No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

**11.8** – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Secretaria de Direitos Humanos em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

**11.9** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela Secretaria de Direitos Humanos, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

**11.9.1** – A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

**11.10** – Fica desde já reservado à Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos materiais, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas neste instrumento e seus anexos.

## **12 - DA ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**12.1** - Os custos estimados para execução do objeto do presente Termo de Referência será definido por ocasião da pesquisa de preços de mercado a ser realizada pela Coordenação Geral de Logística.

## **13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2011, a cargo da SDH, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão da respectiva Nota de Empenho.

## **14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1** – A Contratada ficará responsável pela entrega dos jornais e revistas, de segunda a sexta-feira, no Protocolo Central da Contratante, localizada na SCS Quadra 9, lote C, Ed. Parque Corporate, Torre A, 9º andar – Asa Sul/Brasília-DF, todos os dias de circulação dos referidos periódicos, comunicando à área responsável, qualquer imprevisto ocorrido na entrega.

**14.1.1** – Aos finais de semana e feriados, a Contratada deverá realizar a distribuição de acordo com a demanda informada pela SDH/PR, quanto aos endereços e os exemplares, bem como os responsáveis que receberão os jornais/revistas em qualquer localidade do Distrito Federal.

**14.2** – A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados no Termo de Referência, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

**14.3** – Executar todos os serviços, não explicitados, mas necessários para a realização do fornecimento dos periódicos.

**14.4** – Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidente ou ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.

**14.5** – Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**14.6** – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à SDH/PR.

**14.7** – A empresa deverá repor o material com defeito ou dano de qualquer natureza.

**14.8** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**14.9** - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**14.10** – Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

## **15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.1** – Receber os jornais e revistas, verificando sua qualidade e conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com as das Notas de Empenho, atestando seu recebimento, quando corretas as especificações do produto, devolvendo os rejeitados, quando for o caso.

**15.2** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio do servidor da Coordenação Geral de Logística, especialmente designado para este fim, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto aos prazos de entrega dos jornais e revistas, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como o cumprimento das cláusulas e demais condições estabelecidas no contrato, o qual notificará a empresa sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

**15.3** - Permitir livre acesso aos empregados da empresa às suas dependências para execução do objeto contratado

**15.4** - Efetuar os pagamentos dos serviços contratados nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, e realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos.

**15.5** - Fiscalizar a execução dos serviços e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições estabelecidas no contrato e solicitar, mediante ofício, quaisquer inclusões, substituições e/ou exclusões de jornais e revistas.

**15.6** – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **16 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**16.1** - Será vencedor o licitante que, atendendo às condições e especificações do edital e seus anexos, oferecer o **maior percentual de desconto** sobre os produtos fornecidos.

## **17 - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**17.1** - Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

## **18 – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS**

**18.1** – Será utilizada como metodologia para a avaliação dos serviços prestados pela Contratada no decurso da execução do contrato as especificações, as obrigações, os prazos e todas as exigências constantes neste Termo de Referência. A mesma metodologia será considerada para aceite e atesto pelo fiscal do contrato na respectiva Nota Fiscal.

## **19 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**19.1** – A Contratada, como garantia para o cumprimento das obrigações assumidas, fornecerá à Coordenação Geral de Logística, no ato da assinatura do contrato, a importância equivalente a 3 % (três por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades descritas no Art. 56º, § 1º, da Lei 8.666/1993.

**19.2** – O documento referente à garantia contratual será entregue na Divisão de Contratos, que se encarregará de enviá-lo à Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGEOF, para registro e guarda.

**19.3** – O valor da garantia permanecerá integral até o término da vigência do Contrato. A reposição de seu valor, quando for o caso, será feita em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de recebimento da notificação do Contratante.

**19.4** – O valor da garantia reverterá, integralmente, em favor do Contratante, ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

**19.5** – O Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à Contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao Patrimônio da União ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

**19.6** – A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o término da vigência contratual ou rescisão do Contrato.

**Encarte A**  
**Planilha de Custos e Formação de Preços**

ITEM	PUBLICAÇÃO / DIA	QUANTIDADE				VALORES		
		POR EDIÇÃO / DIA		TOTAL NO PERÍODO		PREÇO DE CAPA		VALOR TOTAL
		2ª a 6ª	Sab/Dom	2ª a Sab/Fer	Dom	2ª/SAB	DOM	
01	Correio Braziliense	15	8	1443	136			
02	Jornal de Brasília	12		1020				
03	Folha de S Paulo	15	8	1443	136			
04	O Estado de S Paulo	15	8	1443	136			
05	O Globo	15	8	1443	136			
06	Brasil Econômico	2		170				
07	Valor Econômico	5		425				
08	BA - A Tarde	2		170				
09	MG - Estado de Minas	2		170				
10	PA - O Liberal	2		170				
11	PE - Jornal do Comércio	2		170				
12	PR - Gazeta do Povo	2		170				
13	RJ - Extra	2		170				
14	RJ - O Dia	2		170				
15	RS - O Sul	2		170				
16	RS - Zero Hora	5		425				
17	SP - Diário de São Paulo	2		170				
18	Carta Capital	7	Semanal	119	17			
19	Época	7	Semanal	119	17			
20	Exame	3	Quinzenal	27	9			
21	Isto É	7	Semanal	119	17			
22	Isto É Dinheiro	2	Semanal	34	17			
23	The Economist	3	Semanal	51	17			
24	Veja	7	Semanal	119	17			
25	Design Gráfico	1	Mensal	4	4			
26	Digital Designer	1	Mensal	4	4			
27	Info Exame	2	Mensal	8	4			
28	Você S/A	2	Mensal	8	4			
29	Web Designer (Wide)	1	Bimestral	2	2			
VALOR TOTAL BRUTO								
DESCONTO								
VALOR TOTAL LÍQUIDO								
Obs: A empresa contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com a SDH/PR e o percentual de desconto sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura.								

**ANEXO II**  
**Planilha de Valores Máximos e Desconto Mínimo**

ITEM	PUBLICAÇÃO / DIA	QUANTIDADE				VALORES
		POR EDIÇÃO / DIA		TOTAL NO PERÍODO		VALOR TOTAL
		2ª a 6ª	Sab/Dom	2ª a Sab/Fer	Dom	
01	Correio Braziliense	15	8	1443	136	3.294,00
02	Jornal de Brasília	12		1020		1.020,00
03	Folha de S Paulo	15	8	1443	136	4.508,10
04	O Estado de S Paulo	15	8	1443	136	5.866,50
05	O Globo	15	8	1443	136	5.145,00
06	Brasil Econômico	2		170		510,00
07	Valor Econômico	5		425		1.275,00
08	BA - A Tarde	2		170		680,00
09	MG - Estado de Minas	2		170		510,00
10	PA - O Liberal	2		170		391,00
11	PE - Jornal do Comércio	2		170		680,00
12	PR - Gazeta do Povo	2		170		408,00
13	RJ - Extra	2		170		391,00
14	RJ - O Dia	2		170		493,00
15	RS - O Sul	2		170		680,00
16	RS - Zero Hora	5		425		1.487,50
17	SP - Diário de São Paulo	2		170		442,00
18	Carta Capital	7	Semanal	119	17	1.059,10
19	Época	7	Semanal	119	17	1.178,10
20	Exame	3	Quinzenal	27	9	378,00
21	Isto É	7	Semanal	119	17	1.178,10
22	Isto É Dinheiro	2	Semanal	34	17	438,60
23	The Economist	3	Semanal	51	17	1.524,90
24	Veja	7	Semanal	119	17	1.178,10
25	Design Gráfico	1	Mensal	4	4	43,84
26	Digital Designer	1	Mensal	4	4	46,64
27	Info Exame	2	Mensal	8	4	95,20
28	Você S/A	2	Mensal	8	4	95,20
29	Web Designer (Wide)	1	Bimestral	2	2	95,20
<b>VALOR TOTAL BRUTO MÁXIMO</b>						<b>35.092,08</b>
<b>DESCONTO MÍNIMO</b>						<b>3,53%</b>
<b>VALOR TOTAL LÍQUIDO MÁXIMO</b>						<b>33.853,33</b>

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Nome da Empresa:**  
**CNPJ:**  
**Endereço:**  
**Telefone:**  
**E-mail:**  
**Fax:**  
**Banco:**  
**Agência:**  
**Número da Conta Corrente:**  
**Data de Validade da Proposta:**

**Utilizar como modelo a Planilha de Preços Máximos (Anexo II).**

---

**Nome do representante legal da empresa**  
**Cargo na empresa**

**Nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.**

## ANEXO IV

**MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO Nº XX/2011**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO, REPRESENTADA PELA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE GESTÃO  
DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS E A  
EMPRESA XXXXX.  
PROCESSO Nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**

A **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR)**, com sede no Setor Comercial Sul-B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre “A”, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.478.625/0001-87, por meio da **SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS**, neste ato representada pelo Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, **XXXXX**, brasileiro, casado, Identidade nº **XXXX-SSP/XX** e CPF nº **XXXXXXXXXX**, com delegação de competência fixada pela Portaria nº 05 de 07/01/2011, publicada no DOU aos 10 de janeiro de 2011, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXX** nº **XXXXX**, **XXXXX**, sala **XXXXX**, **XXXXX**, CEP: **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, estado civil, função na empresa, portadora da Carteira de Identidade nº **00000 - SSP/xx**, CPF nº **XXXXX**, residente e domiciliada em **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 7/2011, Processo nº 00005.004088/2011-50**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** – Constitui objeto deste contrato o fornecimento e distribuição de jornais e revistas, para atender a demanda das diversas unidades que compõem a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, nas condições descritas no Edital e seus Anexos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – São partes integrantes deste Contrato como se nele transcritos estivessem, o Edital de Pregão Eletrônico nº 07/2011 e seus Anexos, a Proposta da Contratada e demais peças que constituem o Processo nº 00005.004088/2011-50.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e MATERIAIS**

**2.1** – Os serviços compreendem o fornecimento e a distribuição dos jornais e revistas descritos a seguir.

### **2.1.1 – JORNAIS**

<b>Nº</b>	<b>EXEMPLARES</b>	<b>PERÍODO DE ENTREGA</b>
01	A Tarde (BA)	Diário
02	Brasil Econômico	Diário
03	Correio Braziliense	Diário
04	Diário de São Paulo	Diário
05	Extra	Diário
06	Folha de São Paulo	Diário
07	Gazeta do Povo	Diário
08	Jornal de Brasília	Diário
09	Jornal do Comércio	Diário
10	O Dia	Diário
11	O Estado de Minas	Diário
12	O Estado de São Paulo	Diário
13	O Globo	Diário
14	O Liberal	Diário
15	O Sul	Diário
16	Valor Econômico	Diário
17	Zero Hora	Diário

### **2.1.2 – REVISTAS**

<b>Nº</b>	<b>EXEMPLARES</b>	<b>PERÍODO DE ENTREGA</b>
01	Carta Capital	Semanal
02	Design Gráfico	Mensal
03	Digital Designer	Mensal
04	Época	Semanal
05	Exame	Quinzenal
06	Info Exame	Mensal
07	Isto É	Semanal
08	Isto É Dinheiro	Semanal
09	The Economist	Semanal
10	Veja	Semanal
11	Você S/A	Mensal
12	Web Designer	Mensal

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**3.1** – Receber os jornais e revistas, verificando sua qualidade e conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal, com as Notas de Empenho, atestando seu recebimento, quando corretas as especificações do produto, devolvendo os rejeitados, quando for o caso.

**3.2** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio do servidor da Coordenação Geral de Logística, especialmente designado para este fim, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto aos prazos de entrega dos jornais e revistas, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como o cumprimento das cláusulas e demais condições estabelecidas no contrato, o qual notificará a empresa sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

**3.3** – Permitir livre acesso aos empregados da empresa às suas dependências para entrega a execução do objeto contratado

**3.4** – Efetuar os pagamentos dos serviços contratados nas condições e prazos estabelecidos neste Contrato, e realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos.

**3.5** – Fiscalizar a execução dos serviços e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições estabelecidas no contrato e solicitar, mediante ofício, quaisquer inclusões, substituições e/ou exclusões de jornais e revistas.

**3.6** – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1** – A Contratada ficará responsável pela entrega dos jornais e revistas, de segunda a sexta-feira, no Protocolo Central da Contratante, localizada na SCS Quadra 9, lote C, Ed. Parque Corporate, Torre A, 9º andar – Asa Sul/Brasília-DF, todos os dias de circulação dos referidos periódicos, comunicando à área responsável, qualquer imprevisto ocorrido na entrega.

**4.1.1** – Aos finais de semana e feriados, a Contratada deverá realizar a distribuição de acordo com a demanda informada pela Contratante, quanto aos endereços e os exemplares, bem como os responsáveis que receberão os jornais/revistas em qualquer localidade do Distrito Federal.

**4.2** – A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados no Termo de Referência, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

**4.3** – Executar todos os serviços, não explicitados, mas necessários para a realização do fornecimento dos periódicos.

**4.4** – Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidente ou ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.

**4.5** – Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**4.6** – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante.

**4.7** – A empresa deverá repor o material com defeito ou dano de qualquer natureza.

**4.8** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**4.9** - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.10** – Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**5.1** – A contratada deverá entregar os jornais, diariamente, as revistas, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente se for o caso, no Protocolo Central da Contratante, localizado no Setor Comercial Sul – “B” Quadra 09, Lote “C”, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “A”, 9º andar, Asa Sul, Brasília - DF, CEP.: 70.308-200, Tels. (61) 2025 7870 ou 3470.

**5.1.1** – Para a entrega dos exemplares aos sábados, domingos e feriados, a Contratante informará, quando da assinatura do respectivo contrato, à Contratada, os endereços, os exemplares, bem como os responsáveis que receberão os jornais/revistas em qualquer localidade do Distrito Federal.

**5.1.2** - Os jornais de circulação diária dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal, serão entregues até às 07:30 horas, e dos demais estados da federação, até às 12 horas da data de circulação. Já as revistas, às segundas-feiras, até às 07:30 horas.

**5.2** – Efetuar, a critério da Administração, a entrega de jornais e revistas em residências localizadas em qualquer localidade do Distrito Federal, sem nenhum custo para a SDH/PR até às 07:30 horas.

**5.3** – Atender as solicitações de jornais e revistas, cujos títulos não estejam relacionados no Termo de Referência, nas mesmas condições constantes da proposta da Contratada.

**5.4** – Havendo atraso em voos que transportam jornais para Brasília, a Contratada deverá entregar os títulos que dispuser no horário acertado e, os demais, assim que estiverem disponíveis na cidade, informando à Contratante do atraso ocorrido.

---

**Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC/CGL/SGPDH/SDH/PR**

**CGL/SDH/PR**, Torre “A”, 9º andar, sala 902, Setor Comercial Sul, CEP 70.308-200.

E-mail: [licitacao.sdh@sdh.gov.br](mailto:licitacao.sdh@sdh.gov.br) telefones: (061) 2025-7860 ou 2025-7909, Fax: (061) 2025-7866.

Páginas: [www.sdh.gov.br/licitacao/](http://www.sdh.gov.br/licitacao/) ou [www.COMPRASNET.gov.br](http://www.COMPRASNET.gov.br)

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS**

**6.1** – O valor global do presente Contrato é de R\$ xxx (xxx) e o valor unitário é de R\$ (xxx).

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**7.1** – A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA QUANTIDADE**

**8.1** – Os quantitativos especificados nas planilhas abaixo foram estimados levando em consideração a estrutura organizacional da Secretaria e de suas unidades que necessitam de leitura diária de jornais e revistas para suas atividades, conforme mencionado na justificativa constante do item 02 do Termo de Referência.

**8.2** – Jornais (segunda a sexta-feira)

<b>Nº</b>	<b>EXEMPLARES</b>	<b>Quantidade</b>
01	A Tarde (BA)	02
02	Brasil Econômico	02
03	Correio Braziliense	15
04	Diário de São Paulo	02
05	Extra	02
06	Folha de São Paulo	15
07	Gazeta do Povo	02
08	Jornal de Brasília	12
09	Jornal do Comércio	02
10	O Dia	02
11	O Estado de Minas	02
12	O Estado de São Paulo	15
13	O Globo	15
14	O Liberal	02
15	O Sul	02
16	Valor Econômico	05
17	Zero Hora	05

**8.3** – Jornais (sábado, domingo e feriado)

<b>Nº</b>	<b>EXEMPLARES</b>	<b>Quantidade</b>
03	Correio Braziliense	08
06	Folha de São Paulo	08
12	O Estado de São Paulo	08
13	O Globo	08

#### 8.4 – Revistas

Nº	EXEMPLARES	Quantidade
01	Carta Capital	07
02	Design Gráfico	01
03	Digital Designer	01
04	Época	07
05	Exame	03
06	Info Exame	02
07	Isto É	07
08	Isto É Dinheiro	02
09	The Economist	03
10	Veja	07
11	Você S/A	02
12	Web Designer	01

#### CLÁUSULA NONA – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

**9.1** – Será utilizada como metodologia para a avaliação dos serviços prestados pela Contratada no decurso da execução do contrato as especificações, as obrigações, os prazos e todas as exigências constantes no Termo de Referência. A mesma metodologia será considerada para aceite e atesto pelo fiscal do contrato na respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1** – As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2011, conforme segue:

**I** – Programa de Trabalho:

**II** – Elemento de Despesa:

**III** – PTRES:

**IV** – Fonte:

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

**11.1** – A empresa contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com a SDH/PR e o percentual de desconto sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura.

**11.2** – O pagamento será efetuado, conforme demanda efetivamente executada, nas quantidades determinadas em cada solicitação, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após aceite e atesto pelo servidor designado como representante da Contratante.

**11.3** – O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, após aceitação e atesto por servidor designado para esse fim.

**11.4** – O pagamento será creditado em favor da empresa, após consulta “on line” ao SICAF para verificação da sua regularidade fiscal, por meio de Ordem Bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco e da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

**11.5** – Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 05 (cinco) dias.

**11.6** – Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

**11.7** – No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

**11.8** – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

**11.9** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela Secretaria de Direitos Humanos, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

**11.9.1** – A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

**11.10** – Fica desde já reservado à Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos materiais, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas neste instrumento e seus anexos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1** – A fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços caberá diretamente à Contratante, por meio da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos, especificamente por servidor designado, a quem compete verificar se a Contratada está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo aos termos do Contrato e os demais documentos que o integram.

**12.2** – O fiscal do contrato não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela Contratada para a execução dos serviços objeto deste Contrato, cabendo-lhe no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com a execução, comunicando à empresa, através do seu representante e/ou preposto, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

**12.3** – A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

**12.3.1** - Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento, deverá ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**13.1** – A Contratada, como garantia para o cumprimento das obrigações assumidas, fornecerá à Coordenação Geral de Logística, no ato da assinatura do contrato, a importância equivalente a 3 % (três por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades descritas no Art. 56º, § 1º, da Lei 8.666/1993.

**13.2** – O documento referente à garantia contratual será entregue na Divisão de Contratos, que se encarregará de enviá-lo à Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGEOF, para registro e guarda.

**13.3** – O valor da garantia permanecerá integral até o término da vigência do Contrato. A reposição de seu valor, quando for o caso, será feita em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de recebimento da notificação do Contratante.

**13.4** – O valor da garantia reverterá, integralmente, em favor do Contratante, ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

**13.5** – O Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à Contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao Patrimônio da União ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

**13.6** – A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o término da vigência contratual ou rescisão do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

**14.1** – O Contrato terá vigência até 31/12/2011, contada a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

**15.1** – A subcontratação, fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas, com o consentimento prévio e por escrito da Contratante e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES**

**16.1** – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e o Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada quando:

**16.1.1** – deixar de executar total ou parcialmente o Contrato;

**16.1.2** – apresentar documentação falsa;

**16.1.3** – comportar-se de modo inidôneo;

**16.1.4** – cometer fraude fiscal;

**16.1.5** – descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou neste Contrato.

**16.2** – A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às seguintes sanções:

**16.2.1** – Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**16.2.2** – Multa:

**16.2.2.1** - moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias.

**16.2.2.2** - compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória.

**16.2.3** – Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.



**16.2.5** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**16.2.6** – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**16.3** – Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**16.3.1** – tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos.

**16.3.2** – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

**16.3.3** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**16.4** – Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na lei nº 9784, de 1999.

**16.5** – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.6** – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**16.7** – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por intermédio de ofício apresentado mediante contra-recibo.

**16.8** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**16.9** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

**17.1** – A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Arts 78 a 80 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**17.2** – São motivos para rescisão do presente Contrato:

**I** – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**II** – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

**III** – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

**IV** – o atraso injustificado da prestação dos serviços;

**V** – a paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

**VI** – A subcontratação, fusão, cisão ou incorporação sem com o consentimento prévio e por escrito da Contratante ou que afetem a boa execução do Contrato;

**VII** – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**VIII** – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Art. 67, da Lei nº 8.666/93;

**IX** – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**X** – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**XI** – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

**XII** – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**XIII** – a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93;

**XIV** – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

**XV** – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**XVI** – a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais porventura especificadas no Anexo I do Edital;

**XVII** – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

**XVIII** – descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**XIX** – descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação.

**17.3** – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**17.4** – A rescisão deste Contrato poderá ser:

**I** – determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII, XVIII e XIX do Art. 78, da Lei nº 8666/93;

**II** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

**III** – judicial, nos termos da legislação.

**17.5** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**17.6** – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Art. 78, da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**I** – devolução de garantia;

**II** – pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão; e

**III** – pagamento do custo da desmobilização.

**17.7** – Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

**17.8** – A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**18.1** – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação à Coordenação-Geral de Logística, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

**19.1** – A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do Art. 54 combinado com o inciso XII, do Art. 55, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**20.1** – A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o Parágrafo Único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1** – As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

**21.2** – E, para firmeza e como prova de assim haver, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Brasília - DF,      de                      de 2011.

### **CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXX**

Secretário de Gestão da Política dos Direitos Humanos

### **CONTRATADA**

**XXXXXXXXXX**

Representante da Empresa

### **TESTEMUNHAS:**

Nome

CI:

CPF:

Nome:

CI

CPF: